

CF (FN) Márcio **Pragana** Patriota mpragp@yahoo.com.br

Experiências anteriores da Batalha Profunda: um histórico



O CF (FN) Márcio **Pragana** Patriota é o atual Comandante do Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea. É oriundo da Escola Naval. Concluiu o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, na Escola de Guerra Naval. Foi Observador Militar das Nações Unidas em Missão de Paz na Costa do Marfim; Oficial de Ligação das Nações Unidas em Missão de Paz no Chade e na República Centro-Africana e Oficial de Ligação do CFN junto ao Marine Corps Forces South, nos Estados Unidos. Dentre outras comissões, serviu no Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea como Oficial de Estado-Maior e Imediato, no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, como Encarregado da Escola de Artilharia e Instrutor do CAOCFN e no Comando de Desenvolvimento Doutrinário do CFN, como Assessor de Avaliação e Apoio ao Adestramento.

1. Experiências anteriores da Batalha Profunda: um histórico

As guerras na antiguidade, eram caracterizadas, via de regra, por embates frontais entre as forças oponentes, com manobras em mar ou em terra a fim de atingir a vitória. Não se sabe ao certo quando surgiu a ideia de realizar operações militares à retaguarda das linhas inimigas, além da área onde atuavam as forças amigas em primeiro escalão, a fim de facilitar a vitória na linha de frente. Percebeu-se que o aprofundamento da batalha poderia trazer vantagens significativas a quem o executasse. Nascia, assim, o embrião do que se conhece, hoje, como Batalha Profunda.

Este artigo tem por propósito realizar uma breve abordagem histórica sobre o desenvolvimento da Batalha Profunda, conforme o entendimento vigente na doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil. Baseado nesse histórico, o texto é encerrado com sugestões de como empregá-la pelo CFN no futuro.

2. Os Primórdios

De forma genérica, e no âmbito do CFN, considera-se como Batalha Profunda o combate além da linha de contato com as tropas inimigas, visando obter vantagem, como moldar o campo de batalha e criar condições favoráveis aos Comandantes para conduzir operações em suas Áreas de Responsabilidade. Seu desenvolvimento vem ocorrendo ao longo dos anos e, via de regra, a Batalha Profunda fica sob responsabilidade do Componente de Combate Aéreo (CCA) quando operando um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

Cabe ressaltar que o conceito abordado por este artigo difere daquele desenvolvido na década de 1920 na extinta União Soviética. O conceito soviético de Batalha Profunda (*glubokoy boy*) originou-se do conceito de operações sucessivas, com um ataque principal, geralmente seguido de vários ataques secundários, de forma ininterrupta. Esse conceito levou ao desenvolvimento do que os soviéticos denominaram Batalha Profunda, caracterizada pelo emprego combinado de infantaria, cavalaria, artilharia e aviação para assegurar o sucesso das operações na profundidade tática das defesas inimigas (VEGO, 2009).

Antes que o conceito de Batalha Profunda, como utilizado hoje pelo CFN, tivesse surgido, já se tentava moldar o campo de batalha para favorecer os combates. Napoleão, por exemplo, utilizava sua cavalaria leve à frente de suas Forças, as quais marchavam em linhas paralelas mas separadamente. Esse reconhecimento além das tropas em primeiro escalão permitia selecionar o melhor local para o combate ou a melhor forma de conduzir suas Forças, levando a vantagens que iam além da simples manobra com as Forças em contato durante os combates (ROTHENBERG, 2001).

Essa concepção, entretanto, era limitada à terra e ao mar. Com o advento da aviação, no início do século XX, a ideia evoluiu e ganhou uma inovadora forma de emprego.

Em 1914, o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (*United States Marine Corps*, USMC) iniciou o uso de aeronaves para prover apoio aéreo ofensivo às suas tropas. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Real Força Aérea da Inglaterra (*Royal Air Force*, RAF) possuía aeronaves disponíveis e falta de pilotos. Isso levou a uma parceria entre a RAF e o USMC, em que a primeira cedia aeronaves, enquanto a segunda cedia pilotos. As aeronaves partiam em missão de combate a partir da França em apoio a tropas britânicas e belgas. Via de regra, as missões eram voltadas contra alvos à retaguarda das Forças alemães. Esse emprego se mostrou eficaz a ponto do apoio aéreo ofensivo se tornar parte da doutrina do USMC no período entre as duas guerras mundiais (ESTADOS UNIDOS, 2001).

Dois anos depois, a Marinha do Brasil iniciava a história de sua aviação naval, em 23 de agosto de 1916, sendo a primeira aviação militar do país. Os aviadores navais brasileiros também participaram da Primeira Guerra Mundial, em operações de patrulha, integrando o 10° Grupo de Operações de Guerra da RAF (BRASIL, 2018c).

3. A Segunda Guerra Mundial, Guerra da Coréia e A Guerra do Vietnã

Figura 1: Capa do livro Achtung Panzer



Fonte: https://www.amazon.com/ Achtung-Panzer-Cassell-Military-Classics/ dp/0304352853

Já em 1937, do lado alemão, o general Heinz Guderian lançava o livro Achtung Panzer, defendendo o emprego de carros de combate pesados, aeronaves e tropas de paraquedistas para realizar ações à retaquarda do inimigo e, desta forma, desorganizar suas Forças e facilitar a derrota das tropas inimigas na linha de contato. (GUDE-RIAN, 1999). Dois anos depois, essa teoria foi utilizada na invasão da Polônia quando a história consagrou como Guerra Relâmpago, ou Blitzkrieg.

Em 1941, a aviação naval brasileira foi extinta (BRASIL, 2018c). Entretanto, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial com suas três Forças Singulares. a Força Aérea Brasileira utilizou a aeronave *Republic* P-47 *Thunderbolt* e proveu o apoio aéreo ofensivo aos integrantes da Força Expedicionária Brasileira, inclusive durante a tomada de Monte Castelo, em fevereiro de 1945 (BRASIL, 2018a). Além do apoio à tropa, a aviação brasileira também aprofundou o combate, atuando na retaguarda inimiga, realizando ataques ao aparato logístico alemão, como trens,

Figura 2: P-47s do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, responsável por ações à retaguarda das Forças do Eixo.



Fonte: http://www.aereo.jor.br/2016/01/19/primeiro-grupo-de-caca-da-fab-combateu-forcas-nazistas-na-italia/

pontes, fábricas barcos e aeródromos (BARONE, 2013). Desta forma, enfraquecia as forças do Eixo e aliviava as tropas aliadas na frente de batalha da Itália, ajudando a moldar favoravelmente a frente de batalha dos soldados brasileiros.

Já na década de 50, durante a Guerra da Coréia (1950 até os dias atuais), o advento dos helicópteros e das aeronaves com motor a reação ("jatos") ampliaram as possibilidades do apoio aéreo. O Deep Air Support (apoio aéreo afastado) permitia interromper as rotas de suprimentos chinesas, assim como atingiam concentrações inimigas e áreas de suprimentos vitais às operações terrestre inimigas (MCWP 3-23). No Brasil, o ano de 1952 viu renascer a aviação naval, com a criação da Diretoria de Aeronáutica da Marinha. De 1952 até 1965, a aviação naval foi restrita ao uso de helicópteros. (BRASIL, 2018c)

A Guerra do Vietnã (1955-1975) introduziu o uso dos helicópteros de ataque para prestar o apoio aéreo aproximado e para servir como controlador aéreo avançado. Novas capacidades foram inseridas com aeronaves voltadas à guerra eletrônica, como a EA-6A *Prowler,* e com aeronaves de ataque com capacidade de atuar com precisão nas mais variadas condições atmosféricas e de visibilidade, como o A6-A *Intruder.* Nessa época, surgiram as primeiras armas com guiamento de precisão. Essas novas aeronaves aumentaram a capacidade de supressão da defesa antiaérea, de operações noturnas, mesmo em condições meteorológicas adversas. Os armamentos guiados com precisão geraram economia, pois contribuíram para um aumento da eficiência dos ataques, levando a uma redução no uso das aeronaves. (ESTADOS UNIDOS, 2001).

Em 1972, em pleno período da Guerra Fria (1945-1991), os EUA iniciaram cinco projetos na área de defesa conhecidos como "The Big Five". Dentre esses projetos, estava o desenvolvimento de um helicóptero de ataque, blindado, capaz de penetrar nas defesas das tropas do Pacto de Varsóvia e atacar a retaguarda do inimigo. Naquela época, acreditava-se que as forças soviéticas, reconhecidamente fortes em carros de combate, empregariam o princípio da massa, atacando em ondas sucessivas em direção à Europa Ocidental, até romper as defesas da Organização do Tratado do Atlântico Norte e chegar ao oceano Atlântico. Assim, um helicóptero de ataque blindado, capaz de atuar nas ondas à retaguarda do inimigo, aliviaria o combate na linha de contato. Nascia o AH-64 Apache (CLANCY, 2004).

4. Da Guerra do Golfo ao Presente

Após a Guerra do Vietnã, o desenvolvimento tecnológico levou à criação de radares ar-terra, dispositivos embarcados para observação com infravermelho (forward looking infra red — FLIR) e de aeronaves voltadas à vigilância do espaço aéreo e controle de aeronaves, como a Airborne Warning and Control System (AWACS). Essas capacidades proporcionaram maior consciência situacional, em tempo real, ao comandante, facilitando o processo de decisão e contribuindo para que o fosse possível moldar o campo de batalha.

Foi no conflito do Vietnã que Forças dos EUA passaram a contar com apoio de aeronaves AC-130 *Gunship*, dotadas da capacidade de detectar alvos terrestres na escuridão e de atingi-los com munição 105mm, 40mm e 20mm. Essas aeronaves se mostraram úteis,



Figura 3: Aeronave AC-130 Gunship, artilhada com armamento 105, 40 e 20mm Fonte: https://media.defense.gov/2008/Dec/18/2000647935/-1/-1/0/080820-F-5957S-912.JPG

dentre outros empregos, para a interdição do campo de batalha, atuando na Batalha Profunda para evitar que o inimigo receba reforços (CLANCY, 2005). Também se presta a apoiar, em determinadas condições, equipes de reconhecimento ou de Forças Especiais (FURY, 2008).

Durante a Guerra do Golfo (1990 a 1991), na Operação *Desert Storm* (Tempestade no Deserto), os helicópteros de ataque AH-1W *Cobra* proviam o Apoio Aéreo Aproximado às tropas da coalizão, as aeronaves F-18, A-6E e AV-8B realizavam ataques de longo alcance, à retaguarda do inimigo (ESTADOS UNIDOS, 2001).

Naquela operação, a doutrina do exército dos EUA previa que as "operações em profundidade" auxiliariam a vitória do combate aproximado, engajando tropas inimigas que não estivessem em contato. Seus propósitos seriam isolar o campo de batalha e influir em quando, onde e contra quem se travariam os combates (SCHUBERT; KRAUS, 1998).

O emprego de mísseis, como o *Tomahawk*, para atingir estruturas importantes à retaguarda do inimigo, como radares e postos de comando, também se tornaram notórios na Operação Tempestade no Deserto, principalmente pela cobertura televisiva, ao vivo, da rede norte-americana CNN (CLANCY, 2004). Os mísseis, apesar de caros, eram lançados de navios ou de submarinos e atingiam seus alvos como parte da Batalha Profunda. Seu emprego apresentava a significativa vantagem de excluir o risco da perda de pilotos. Assim, reduziam as chances de atrair uma reação negativa por parte da opinião pública dos EUA. Havia também o fator psicológico dessas transmissões sobre os amigos e os inimigos.

O apoio aéreo ofensivo continuou sendo utilizado pelo USMC em operações militares outras que não guerra, como na Operação *Restore Hope* (Somália, 1992), Operação *Deliberate Force* (Bósnia, 1995) e Operação *Desert Fox* (Kosovo, 1999). Esta última marcou

o início do emprego de armas guiadas por GPS (Sistema de Posicionamento Global, com uso de satélites) (ESTADOS UNIDOS, 2001).

Figura 4: As aeronaves A4KU Skyhawk II, oriundas do Kuwait, devolveram à Marinha do Brasil a capacidade de operar aeronaves de asas fixas em 1998, ampliando a sua capacidade de executar a Batalha Profunda





Fonte: http://www.aereo.jor.br/2011/06/06/conhecendo-o-a-4-skyhawk-ii/

Em 1998, a Aviação Naval brasileira entra em sua atual fase e volta a operar aeronaves de asa fixa, ampliando a capacidade de atuar com meios aéreos na batalha profunda (BRASIL, 2018c).

Mas a Batalha Profunda não viria a se resumir apenas a ações ofensivas. Já em 1995, ela foi estendida ao resgate de pilotos abatidos. Na Guerra da Bósnia, na década de 90, um piloto norte-americano foi abatido e iniciou o procedimento de fuga e evasão. A 87 milhas náuticas de distância, a bordo do navio de assalto anfíbio USS *Kearsage*, a *Marine Expeditionary Unit* (Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais) planejou e executou um *Tactical Rescue of Aircraft and Personnel* (TRAP, conhecido no CFN como RTPA — Recuperação Tática de Pessoal e Aeronave). Antes de duas horas após o recebimento da missão, o planejamento estava pronto e 43 *marines* embarcaram em dois helicópteros, sendo escoltados por helicópteros de ataque AH-1W *Cobra* e aviões AV-8B *Harrier*. Em menos de 24 horas, o piloto resgatado estava voando de volta para sua base (CLANCY, 1996).

Figura 5: O Resgate Tático de Pilotos e Aeronave (RTPA) é uma das atividades desenvolvidas na Batalha Profunda



Fonte: https://i.ytimg.com/vi/7yyV9fK2VqY/maxresdefault.jpg

O início do século XXI viu surgir o emprego de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP) no campo de batalha. Vulgarmente chamadas de "drones", essas aeronaves podem ser empregadas para reconhecimento, localização de alvos para artilharia, avaliação de danos ao inimigo e, caso armadas, para ataque a alvos específicos (McCURLEY, 2015).

5 O Futuro

As bases conceituais da Batalha Profunda já foram lançadas, mas os avanços tecnológicos tendem a criar novas ferramentas para sua execução. O emprego cada vez maior de meios digitais nos sistemas de defesa, particularmente com o uso de redes, favorecem o emprego da Guerra Cibernética em prol das operações militares. Atacar o sistema de comando e controle do inimigo remotamente, utilizando um computador, certamente é mais barato — e talvez seja mais eficiente — do que atacar um Posto de Comando usando aeronaves ou tropas. Talvez um "guerreiro cibernético" bem preparado,

Figura 6: Ações cibernéticas pode se tornar multiplicadoras de força e aumentar a eficiência nas ações



Fonte: https://www.uscnpm.org/blog/2013/03/06/china-the-united-states-and-cyber-warfare/

ou um *hacker* bem pago, consiga agir sobre um radar inimigo com a mesma eficiência que uma Força Avançada em uma Operação Anfíbia, mas a um custo bem menor. Isso, sem mencionar os dados de inteligência que podem ser obtidos pela guerra cibernética, por exemplo, a partir de telefones celulares de autoridades militares (CLARKE; KNAKE, 2010). A guerra cibernética pode ser um multiplicador de forças considerável, podendo contribuir sobremaneira para moldar o campo de batalha futuro. Estamos preparados para aplicarmos essas ferramentas no âmbito da batalha profunda? E quanto a nos defendermos delas? É válido possuir uma estrutura similar à existente no USMC, o *US Marine Corps Forces Cyberspace* (MARFORCYBER), para apoiar as operações dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais?

De forma similar à Guerra Cibernética, o emprego da Guerra Eletrônica poderia contribuir para moldar o campo de batalha, uma vez que pode ser utilizada para criar fricção ao inimigo.

O emprego dos SARP tendem a ser cada vez mais explorados para emprego na Batalha Profunda. No âmbito do CFN, eles podem ser empregados para reconhecimento aproximado ou profundo. Podem localizar alvos para a Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes (LMF) e avaliar os danos causados, dentre outras possibilidades. Para tal, é necessário que o CFN não se mantenha limitado ao emprego de SARP com as autonomias e capacidades atuais.

Figura 7: SARP Predator



Fonte: http://www.forte.jor.br/2014/06/16/eua-nao-descartam-uso-dedrones-e-alianca-com-ira-no-iraque/

Os elementos de Operações Especiais são indispensáveis para a execução do RTPA? Acredita-se que o adestramento de elementos de infantaria para essa atividade permitiria ao CCA manter pessoal pronto para sua execução, sem limitar o emprego de elementos de Operações Especiais para esse fim. Visualiza-se que o emprego de helicópteros de ataque, blindados, pelo CFN, ampliaria sobremaneira a capacidade de execução do RTPA e do apoio aéreo aproximado à tropa.

As ações de elementos de Operações Especiais além da Linha de Cabeça-de-Praia da Força (LCPF) não obrigam, na visão deste autor, que esses elementos estejam subordinados ao CCA. Entretanto, tais ações necessitam ser obrigatoriamente coordenadas previamente com o tal componente. Acredita-se que o emprego de militar de operações especiais como ligação junto ao CCA possa resolver a questão.

Quanto ao emprego da Bateria LMF, acredita-se que a mesma possa cumprir missões de tiro além da LCPF, sem que haja a necessidade de subordinação ao CCA, bastando a coordenação prévia. O

Figura 8: A Bateria LMF é um sistema importante na execução da Batalha Profunda pelo CFN



Fonte: http://www.defesaaereanaval.com.br/batalhao-de-artilharia-de-fuzileiros-navais-realiza-tiro-real-com-bateria-lancadora-multipla-de-foquetes/

desafio visualizado é definir como deve ser realizada tal coordenação, a fim de que não ocorram acidentes, particularmente entre os foguetes disparados e as aeronaves ou ARP em voo. Na mesma linha de raciocínio, alvos visualizados pelo CCA para serem batidos pela Bateria LMF podem ser solicitados ao Componente onde tal bateria se encontrar subordinada, mais uma vez sem a necessidade de que ela fique subordinada ao CCA. Cabe definir como deve ocorrrer a solicitação das missões de tiro.

A Bateria LMF também poderá ganhar novo emprego na Batalha Profunda com a aquisição dos mísseis táticos de cruzeiro AV-TM300. Produzidos pela mesma empresa que fabrica a Bateria ora mencionada, esses mísseis também são disparados pela plataforma ASTROS e poderão atingir alvos, com precisão, num alcance de até 300Km de distância (BRASIL, 2018b).

6. Conclusão

A Batalha Profunda é uma realidade na dinâmica das guerras. Conhecer sua história e entender sua evolução permitirá ao CFN se preparar para seu emprego eficiente no campo de batalha moderno. Quando bem conduzida, a Batalha Profunda leva à economia de meios e aumenta os ganhos militares. Para tal, é essencial estar atualizado doutrinaria e tecnologicamente, além de investir no preparo de pessoal.

Referências

BARONE, João. **1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013.

BRASIL. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). HISTÓRIA - Primeiro Grupo de Aviação de Caça (1º GAVCA) comemora 68 anos. Disponível em http://www.adesg.net.br/noticias/historia-primeiro-grupo-de-aviacao-de-caca-1o-gavca-comemora-68-anos. Acesso em: 25 jan. 2018a.

BRASIL. AVIBRAS. **Míssil AV-TM300**. Disponível em: https://www.avibras.com.br/site/nossos-produtos-e-servicos/sistemas-de-defesa/av-tm-300. html>. Acesso em: 31 jan. 2018b.

BRASIL. Marinha. **Comando da Força Aeronaval: histórico e missão.** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/foraer/historico. Acesso em: 29 jan. 2018c.

CLANCY, Tom. Every Man a Tiger: The Gulf War Campaign. New York: Berkley Books, 2005.

_____. Into the Storm: a study in Command. New York, 2004.

_____. Marine: a guided tour of a Marine Expeditionary Unit.. New York: Berkley Books, 1996.

CLARKE, Richard A.; KNAKE Robert K. **Cyber War**: the next threat to National Security and what to do about it.New York: Harper Collins, 2010.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. MCWP 3-23: Offensive Air Support. Quantico, 2001.

FURY, Dalton. Kill Bin Laden. St. Martin's Press. New York: St. Martin's Press., 2008.

GUDERIAN, Heinz. Achtung Panzer. Londres: Cassel & Co. Londres, 1999.

McCURLEY, T. Mark. Hunter Killer. Inside America's Unmanned Air War. Penguin, 2015.

ROTHENBERG, Gunther. The Napoleonic Wars. Londres: Cassel & Co., 2001.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Teresa L. **Tempestade do Deserto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

VEGO, Milan N. Joint Operational Warfare. Rhode Island: U.S. Naval War College, 2009.